

O IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19 NAS CONDIÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL DOS TRABALHADORES DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

THE IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC ON CONDITIONS FOR THE MAINTENANCE OF ORAL HEALTH OF WORKERS IN HEALTH ESTABLISHMENTS

Fagner Bernardo Rodrigues

GRADUANDO EM ODONTOLOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ. JÁ GRADUADO EM ENFERMAGEM - UNIVERSIDADE GAMA FILHO. ESPECIALISTA EM SAÚDE COLETIVA - UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. ESPECIALISTA EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR - UNIVERSIDADE GAMA FILHO. ESPECIALISTA EM GESTÃO EM SAÚDE - UNIVERSIDADE CÂNDIDOMENDES. SERVIDOR PÚBLICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Paulo André de Almeida Junior

MESTRE EM SAÚDE COLETIVA (UFF); ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA (COPPEAD/UFRJ); DOCENTE DAS DISCIPLINAS DE SAÚDE COLETIVA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ; COORDENAÇÃO DE SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (2008-2018); GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E ACADÊMICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO / SMS-RJ.

RESUMO

O enfrentamento da Pandemia COVID-19 requer dos profissionais de saúde dedicação que, por vezes, ultrapassa a carga horária habitual de trabalho. Um dos grandes desafios para as empresas e para o governo, através das políticas públicas voltadas para a saúde do trabalhador, é manter uma assistência odontológica e médica laboral acessível. A falta de tempo e de condições mínimas adequadas para cuidados pessoais, como a higiene bucal, amplia o risco para o desenvolvimento de patologias gerais e bucais. Este trabalho tem como objetivo problematizar o impacto da Pandemia COVID-19 nas condições para a manutenção da saúde bucal dos trabalhadores de estabelecimentos de saúde, salientando a importância do cirurgião-dentista do trabalho no contexto das políticas públicas no âmbito da saúde do trabalhador. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura e a pesquisa descritiva, baseada em documentos oficiais do governo brasileiro e artigos científicos, preferencialmente de publicações realizadas entre os anos de 2011 a 2021. Apesar da existência de uma especialidade, Odontologia do Trabalho, reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) desde 2001, através da Resolução CFO nº 22/2001, não há participação do profissional no escopo do dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, como informa a Norma Regulamentadora (NR) 4.

Palavras chaves: COVID-19. Saúde do Trabalhador. Saúde Bucal.

ABSTRACT

Facing the COVID-19 pandemic requires dedication from health professionals, which sometimes exceeds the usual workload. One of the great challenges for companies and the government, through public policies aimed at worker's health, is to maintain accessible dental and medical care at work. The lack of time and adequate minimum conditions for personal care, such as oral hygiene, increase the risk for the development of general and oral pathologies. This paper aims to problematize the impact of the COVID-19 pandemic on the conditions for maintaining the oral health of workers in health establishments, emphasizing the importance of occupational dentistry in the context of public policies in the field of occupational health. The methodology used was a literature review and descriptive research, based on official documents of the Brazilian government and scientific articles, preferably from publications carried out between the years 2011 to 2021. Despite the existence of a specialty, Occupational Dentistry, recognized by the Federal Council of Dentistry since 2001, through resolution n.22/2001, there is no professional participation in the scope of the dimensioning of Specialized Services in Safety Engineering and Occupational Medicine, as informed by Regulatory Standard (NR) 4.

Keywords: COVID-19. Occupational Health. Oral Health.

INTRODUÇÃO

A atenção e preocupação com a saúde do trabalhador teve início na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, com a Revolução Industrial. Naquela época, o uso da força de trabalho resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção em massa, exigiu uma intervenção. Surgiu, então, a Medicina do Trabalho, com atenção voltada para avaliação local de trabalho e a saúde do trabalhador (MARCELINO, 2018).

Apesar disso, a precarização do trabalho consiste em fenômeno com dinâmica notadamente acentuada, desde a década de 1970, em resposta à crise estrutural do capital (SOUZA, 2021).

Atualmente, as empresas brasileiras enfrentam novos desafios advindos do reflexo da globalização na economia, onde a competitividade, tanto na área de produtos quanto na de serviços, desafia as empresas a aumentarem sua produtividade e qualidade (MIDORIKAWA, 2019).

Com a emergência da pandemia COVID-19, a partir de dezembro de 2019, suas dimensões ganharam visibilidade, agravando, em especial, a questão da saúde do trabalhador (SOUZA, 2021).

A chegada da pandemia ao país agravou as desigualdades de uma conjuntura na qual trabalhadores acumulam perdas relevantes de direitos trabalhistas e previdenciários. Nesse sentido, a pandemia e suas repercussões sanitárias, econômicas e sociais aprofundaram um contexto de intensa fragilidade e desregulação do trabalho (SANTOS et al., 2020 B).

Há na literatura diversos alertas sobre a saúde dos trabalhadores em tempos de pandemia, como ressaltam Santos et

al. (2020), onde no cenário da pandemia os riscos têm sido potencializados, especialmente em relação aos trabalhadores de estabelecimentos de saúde, decorrentes das extensas e exaustivas jornadas e intenso ritmo de trabalho, desvalorização profissional, conflitos interpessoais, desgastes físicos e emocionais, espaços de repouso desumanos nas estruturas dos serviços de saúde e insuficiência quantitativa e qualitativa de equipamentos de proteção individual (EPI).

No Brasil, acumulam-se relatos sobre a precarização dessas condições, inadequações de higiene e de EPI, jornadas ampliadas e exaustivas e falta de treinamento (RIBEIRO et al., 2020).

Analisando um contexto muito mais amplo, Marcelino (2018), ressalta que, visando garantir a saúde como um todo do trabalhador, a saúde bucal é um componente essencial da saúde geral do trabalhador, influenciando diretamente seu desempenho profissional.

Este trabalho tem como objetivo geral problematizar o impacto da Pandemia COVID-19 nas condições para a manutenção da saúde bucal dos trabalhadores de estabelecimentos de saúde, salientando a importância do cirurgião-dentista do trabalho no contexto das políticas públicas no âmbito da saúde do trabalhador.

Acredita-se que com a reflexão acerca da importância da Odontologia do Trabalho, como parte integrante e importante do escopo do dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, como informa a Norma Regulamentadora (NR) nº 4, de 1978, existe a possibilidade da realização de ações mais efetivas em prol da saúde do trabalhador, inclusive com a detecção precoce de doenças que, inclusive, podem ter suas primeiras manifestações na cavidade oral.

O presente trabalho se justifica pelos possíveis impactos na saúde dos trabalhadores dos estabelecimentos de saúde, em decorrência do insuficiente cuidado na manutenção da saúde bucal, em razão da exaustiva carga horária e rotina de trabalho, além de diversos fatores que possam impactar nesta prática.

Cabe ressaltar que o Centro Universitário São José possui grande responsabilidade na formação dos futuros profissionais, alinhado com as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Odontologia, visando estimular o pensamento crítico e reflexivo de seus alunos, com olhar generalista, sensibilidade social e capacidade técnica.

A relevância deste trabalho está na oportunidade de promover uma reflexão sobre os impactos da pandemia na manutenção da saúde bucal de profissionais de estabelecimentos de saúde, bem como sinalizar sobre a importância da Odontologia do Trabalho como parte integrante do acesso do trabalhador ao cuidado integral em saúde ocupacional.

METODOLOGIA

O presente artigo utilizou como metodologia a revisão de literatura e a pesquisa descritiva, baseada em documentos oficiais do governo brasileiro, em livros e em artigos científicos, preferencialmente de publicações realizadas entre os anos de 2011 a 2021. A base de dados utilizada na busca de artigos científicos foi através das plataformas Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medline, Bireme e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: COVID-19. Saúde do Trabalhador. Saúde Bucal.

FUNDAMENTOS DA TEORIA

Com a Revolução Industrial, inicialmente na Inglaterra, no século XIX, surgiram os primeiros esforços no sentido de dar atenção e organizar ações sobre a saúde ocupacional, decorrentes de movimentos reivindicatórios de operários ingleses perante a desumana exploração da força de trabalho em favor dos lucros e do desenvolvimento das empresas (LIMA E BUARQUE, 2019).

Com o passar dos séculos e a globalização da economia, ocorreu um aumento da competitividade mundial tanto na área de produtos quanto na de serviços. Isto gerou a necessidade de as empresas nacionais aumentarem a sua produtividade e a qualidade de seus produtos e serviços, a fim de diminuir os custos ocupacionais e não serem “jogadas” para fora do mercado pelas empresas multinacionais ou transnacionais, pois o padrão de competitividade passou de quantidade para qualidade, despadronização e personalização da produção (MIDORIKAWA, 2019).

Em Nota Técnica divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2011, mais de 40% dos trabalhadores têm jornadas superiores à legal de 44 horas. Essa realidade deixa claro que, no caso

do Brasil, a hora extra perdeu a característica de ser uma hora a ser realizada em momentos excepcionais e passou a ter um caráter de hora normal e cotidiana (DIEESE, 2011).

Segundo Mota et al. (2015), o trabalho é definido como uma das práticas indispensáveis à vida do ser humano, dele provém a subsistência do trabalhador e a de sua família. No entanto, além de fonte para o sustento, o trabalho deve ser visto como uma atividade prazerosa, na qual o trabalhador sinta realização pessoal e profissional.

A pandemia de COVID-19, como é chamada a doença provocada pelo SARS-CoV-2, também atinge os serviços de saúde, impondo uma demanda extra de estruturas, insumos e recursos humanos, o que tem desafiado de maneira diferenciada os sistemas nacionais de saúde de diversos países. O Brasil, onde historicamente o financiamento à saúde é insuficiente para garantir as condições para gerir as demandas cotidianas, está enfrentando sérias adversidades com o advento da pandemia COVID-19 (RIBEIRO et al., 2020).

O enfrentamento da pandemia do novo coronavírus faz parte das funções essenciais da saúde pública por meio de ações voltadas para a população ou para grupos com maior risco de contaminação, como os trabalhadores de saúde (JACKSON FILHO et al., 2020).

Os profissionais de saúde, grupo composto por distintas categorias profissionais, estão diretamente implicados no atendimento às pessoas infectadas pela COVID-19 e, por este motivo, compõem um grupo de risco específico para a infecção (RIBEIRO et al., 2020).

A força de trabalho em saúde ocupa lugar de destaque, tendo em vista sua centralidade, especialmente reconhecida na manutenção da rede de assistência. Em meio à crise sanitária que esta pandemia representa, a visibilidade alcançada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelos trabalhadores da saúde expressa, neste momento, sua importância estrutural não reconhecida e, ao contrário, fortemente negada pelas políticas de governo nos últimos anos (SANTOS et al., 2020). A precarização do trabalho em saúde na sociedade brasileira acirrada nas últimas décadas, com o aumento de contratos temporários, perdas de direitos trabalhistas, a sobrecarga das atividades, condições de trabalho precárias, dentre outros, soma-se com o aumento dos atendimentos médico-hospitalares diante da pandemia da COVID-19 (BITENCOURT E ANDRADE, 2021). Ribeiro et al. (2020), ressaltam que as incertezas, a sobrecarga de trabalho e os riscos a que os profissionais estão expostos com a crescente demanda de pacientes infectados e que necessitam de cuidados hospitalares de enfermagem e de terapia intensiva afetam também a saúde mental desses trabalhadores. Esses impactos parecem ser especialmente mais intensos para as mulheres, que precisam conciliar sua dedicação e preocupações relativas ao trabalho com sua saúde, com a família e com os afazeres domésticos.

Em relação à saúde bucal, Marcelino (2018) afirma que as condições de trabalho interferem na qualidade da saúde bucal dos trabalhadores, podendo desencadear alterações na mucosa bucal, traumas e outros agravos.

É importante não somente levantar os problemas bucais da classe trabalhadora, mas sim analisar os fatores predisponentes e o impacto que isto pode ocasionar na sua qualidade de vida e condições de trabalho.

O trabalhador que tem boas condições de saúde bucal pode manifestar os seus sentimentos através do sorriso, desinibidamente ou com expressão extrovertida e sociável. Em contrapartida, o trabalhador que tem problemas odontológicos sente dor, sofre desconforto, sente-se esteticamente diminuído ou estressado, e manifestará sinais e sintomas, que vão desde a diminuição de atenção no trabalho (absenteísmo de corpo presente), até a falta ao trabalho (absenteísmo), além de comportamentos sociais de tristeza – com a “cara fechada” – a inibição demonstrada pela vergonha de sorrir, de falar em público e de ser relacionado com outras pessoas (MIDORIKAWA, 2019).

Para Lima e Buarque (2019), a elevada prevalência de doenças e de dor orofacial não é causa de elevados índices de absenteísmo, mas principalmente de “presenteísmo”. O trabalhador não se afasta, trabalha de forma deficitária e com propensão a maiores adoecimentos futuros. A saúde bucal tem importância não dissociada da saúde geral ocupacional, e como tal, precisa ser incentivada e acompanhada de forma integral.

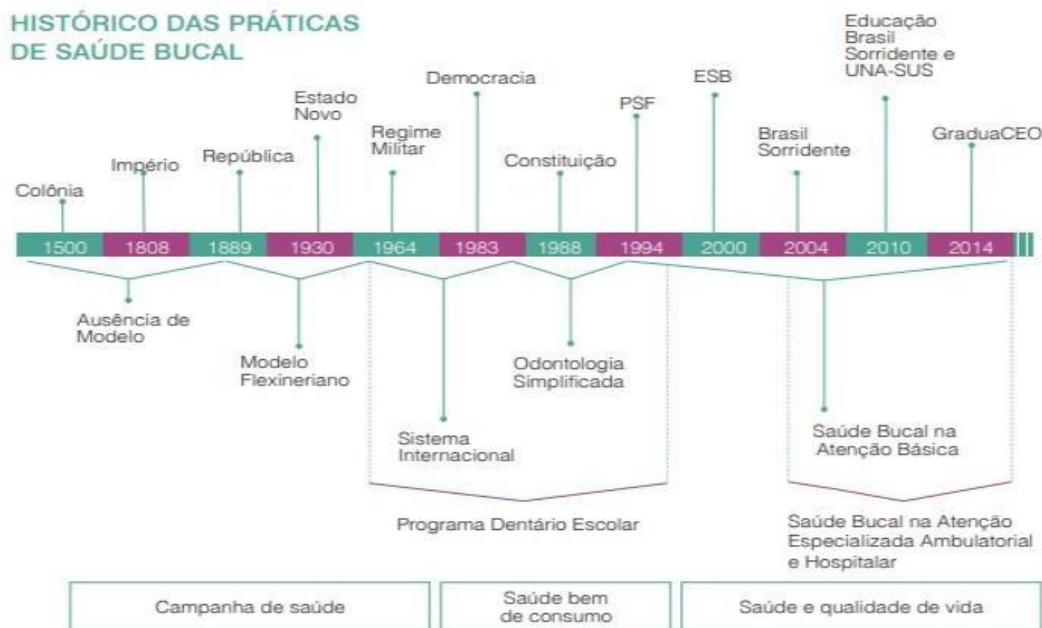
Considerações sobre a Política Nacional de Saúde Bucal

No cenário brasileiro, a trajetória das políticas públicas de saúde bucal foi historicamente caracterizada como um longo processo de rupturas e continuidades, marcada pela ausência de ações integradas de prevenção, diagnóstico e tratamento dos problemas bucais da população (MORAIS et al, 2020).

Com o objetivo de superar as desigualdades, foram estabelecidas, em 2004, as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) – Brasil Sorridente. Essas diretrizes visam garantir as ações de promoção, prevenção, recuperação e manutenção da saúde bucal dos brasileiros. As suas metas perseguem a reorganização da prática e a qualificação das ações e serviços oferecidos, reunindo uma série de ações em saúde bucal voltada para os cidadãos de todas as idades, no marco do fortalecimento da atenção básica, tendo como eixos estruturantes o acesso universal e a assistência integral

em saúde bucal (BRASIL, 2018).

Figura 1: Evolução das políticas públicas de saúde bucal no Brasil



Fonte: BRASIL, 2018

Apesar de alguns avanços na saúde bucal brasileira, observados ao longo da história do país, foi com a implantação da PNSB que ocorreu uma significativa ampliação da oferta de serviços públicos odontológicos e do reconhecimento da saúde bucal como política pública prioritária, apesar da possibilidade de descontinuidade dos avanços em função das mudanças de governo. O desafio posto, diante de tal cenário, é a manutenção dos objetivos alcançados na saúde bucal brasileira, em um modelo de atenção que dialoga com os princípios e diretrizes do SUS (MORAIS et al., 2020). Segundo Dantas et al. (2015) percebe-se ao longo dos anos que, embora tenham ocorrido esforços em regulamentar políticas públicas voltadas à saúde bucal, esta não tem recebido o devido reconhecimento em relação à importância da atuação profissional do cirurgião-dentista e sua equipe, em prol da saúde da população.

De forma geral, os modelos objetivavam atuar em grupos populacionais específicos e existiam como principal ou única forma de acesso aos serviços odontológicos. No entanto, um modelo assistencial não deve se tornar a única forma de acesso da população aos serviços de assistência, sendo imprescindível o adequado planejamento para a implantação de modelos que evitem a exclusão de usuários (MORAIS et al., 2020).

Há que se considerar ainda o desconhecimento da problemática de saúde bucal por parte dos trabalhadores, a falta de interesse e o conhecimento dos profissionais de saúde no que se refere ao estudo e interpretação correta dos problemas de saúde bucal que afetam os trabalhadores e a necessidade de uma política de saúde do trabalhador firme e eficaz (COSTA, 2012).

Segundo Dantas et al. (2015), o desenrolar dessa temática necessariamente implica em trazer questionamentos acerca dos aspectos normativos que norteiam as ações, competências e responsabilidades, tanto no que se refere à legislação sanitária e trabalhista no campo da Saúde do Trabalhador, quanto aos instrumentos que dispõem sobre a área de higiene ocupacional e sobre atribuições previstas para o cirurgião-dentista do trabalho.

O excesso de trabalho e a saúde bucal dos trabalhadores

A saúde bucal é um importante fator de morbidade mundial, mas frequentemente negligenciada em saúde ocupacional, apesar do impacto direto na qualidade de vida e na saúde do trabalhador (LIMA E BUARQUE, 2019). Inúmeras são as enfermidades que podem acometer o sistema estomatognático devido às ocupações laborais. A boca

é a via de acesso ao sistema digestivo, além de auxiliar na respiração e na fonação. Isso favorece a absorção, a retenção e a excreção de substâncias tóxicas assimiláveis pelo organismo (DE CARLI et al., 2012).

Dada a importância da cavidade oral para a saúde integral de seres humanos, e assim observando-se direta relação da saúde bucal com a saúde ocupacional, torna-se relevante entender como se encontra atualmente a percepção deste fator nos processos de desenvolvimento, produtividade e eficiência laboral por parte de governos, empresas e pelos próprios trabalhadores quanto à sua qualidade de vida (LIMA E BUARQUE, 2019).

Aznar et al. (2016) destacam que as condições do ambiente e de determinantes de trabalho podem influenciar a saúde dos tecidos periodontais.

As crescentes modificações no processo produtivo têm alterado substancialmente o perfil do trabalho e dos trabalhadores, seus determinantes saúde-doença, seu quadro epidemiológico, assim como as práticas de saúde voltadas para o trabalhador. Observa-se que as práticas nos serviços odontológicos oferecidos aos trabalhadores são predominantemente curativo-restauradora, com pouca ênfase nas atividades preventivas (MARCELINO, 2018).

Para De Carli et al. (2012), é evidente a vinculação das doenças bucais com as condições gerais de saúde do corpo, visto que todo o problema de origem bucal provoca desconforto físico, emocional e conseqüentemente diminuição da produtividade do indivíduo.

A Pandemia COVID-19 e a manutenção da saúde bucal

Em praticamente todas as atividades ocupacionais existem riscos, que variam a sua classificação dependendo do próprio ambiente de trabalho (DE CARLI et al, 2012).

Com a emergência sanitária em decorrência da pandemia causada pelo SARS-Cov- 2, importantes questões de proteção e cuidados com a saúde dos trabalhadores estão surgindo (RIBEIRO et al, 2020).

Nesta atual crise do cuidado, intensificado pela pandemia, é preciso olhar para quem cuida do quê, de quem e em que condições, além de questionar como está o cuidado de quem cuida nesta pandemia (SANTOS et al, 2020).

O ambiente de trabalho e a estafante jornada propiciam a aquisição de doenças, inclusive as do aparelho estomatognático (COSTA, 2012). As ações para melhorar a qualidade de vida do trabalhador quanto à saúde bucal podem ser fomentadas por maior atenção ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde preventivas, como educação em saúde bucal de forma continuada e a expansão de horas de atendimento da rede fora do horário de trabalho, bem como a operacionalização das medidas já estabelecidas na legislação, como remoção de barreiras burocráticas e a redução de custos empresariais para incentivar o cuidado com a saúde geral e bucal (LIMA E BUARQUE, 2019).

Verifica-se que o Dentista do Trabalho tem um papel importante na observância das condições de trabalho oferecidas aos funcionários, minimizando os riscos de doenças bucais. Tal preocupação com o trabalhador deve ser garantida pela Lei 8.080 de 1991, que visa promover, proteger e recuperar a saúde do trabalhador. Assim, a odontologia ocupacional nos mais diversos segmentos e a necessidade de mais estudos sobre o assunto, devido a pouca atenção dispensada ao tema, sendo que, tal especialidade somente foi criada em 2001, sob Resolução CFO 22 (MARCELINO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia COVID-19 acentuou a necessidade de reflexão em relação ao cuidado com a saúde de quem cuida, com propostas de ações e reforçar as políticas públicas voltadas para a saúde do trabalhador.

No enfrentamento desta pandemia, muitos profissionais de saúde acabam não cuidando da própria saúde e dedicando-se exclusivamente a cuidar do outro, esquecendo-se de ações importantes, como a manutenção da higiene e saúde bucal, que podem desencadear sérios problemas de saúde.

É notório que muitos profissionais ultrapassaram a carga horária laboral, com um único objetivo, salvar vidas. O excesso de trabalho, a carga horária exaustiva, o alto nível de estresse e a falta de locais adequados para a higiene, dificultam a manutenção da saúde bucal, gerando acúmulo de bactérias na cavidade oral, podendo gerar comprometimento dos tecidos periodontais e doenças bucais, com possibilidade de repercussão para outras partes do organismo.

Salienta-se que este artigo não é o limite para o estudo sobre as condições de saúde bucal dos trabalhadores dos estabelecimentos de saúde. Espera-se que seja um alerta para os pesquisadores sobre o tema. Assim pretendemos sensibilizar e inserir gestores, profissionais de saúde e futuros profissionais de Odontologia na reflexão e no debate sobre o assunto em questão.

Considerando a responsabilidade social do Centro Universitário São José, como formador de cidadãos conscientes e profissionais capacitados, com visão holística do cuidado integral à saúde, sugere-se ampliação do debate sobre o tema e o estímulo para que possam ocorrer outras pesquisas sobre a saúde bucal dos trabalhadores e reflexões sobre a importância do profissional cirurgião-dentista do trabalho.

REFERÊNCIAS

AZNAR, F. D. C.; CALZAVARA, B.; FREITAS, A. R.; AZNAR, F. D. C.; SALES-PERES, S. H. C.; SALES-PERES, A. Condições Bucal de Trabalhadores de Fábricas de Baterias e Uso de Serviços Odontológicos. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, São Paulo, v. 14, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/41/pt-BR/condicao-bucal-de-trabalhadores-de-fabricas-de-baterias-e-uso-de-servicos-odontologicos> Acesso em: 26 de abril de 2021.

BITENCOURT, S. M.; ANDRADE, C. B. Trabalhadoras da Saúde face à Pandemia: por uma análise sociológica do Trabalho de Cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.23, n. 3, p. 1013-1022, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.42082020> Acesso em: 26 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde, Brasília, 2018. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude.pdf Acesso em: 24 de maio de 2021.

COSTA, C. R. Odontologia do Trabalho: uma nova perspectiva de atuação. *Revista Científica Semana Acadêmica*, Fortaleza – CE, v. 01, n. 22, 2012. Disponível em: <http://www.semanaacademica.org.br/artigo/odontologia-do-trabalho-uma-nova-perspectiva-de-atuacao> Acesso em: 26 de abril de 2021.

DANTAS, J. P.; WANDERLEY, F. G. C.; SILVA, R. A.; ALMEIDA, T. F.; TUNES, U. R. O Papel do Cirurgião-Dentista do Trabalho no Contexto das Políticas Públicas em Saúde do Trabalhador: artigo de revisão. *Revista da Faculdade de Odontologia, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS*, v.20, n.1, 2015. Disponível em: http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141340122015000100021 Acesso em: 04 de abril de 2021.

DE CARLI, B. M. G.; DE CARLI, J. P.; LIDEN, M. S. S.; TRETIN, M. S.; MEDEIROS, U. V. Doenças Ocupacionais com Manifestações Bucais. *Odonto - Universidade Metodista de São Paulo*, São Paulo, v. 20, n. 40, p. 49-55, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/Odonto/article/view/4282> Acesso em: 20 de maio de 2021.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O tempo de Trabalho no Brasil: o negociado e o não negociado. Nota Técnica nº 105, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec105clausulasJornada.pdf> Acesso em: 14 de julho de 2021.

JACKSON FILHO, J. M.; ASSUNÇÃO, A. A.; ALGRANTI, E.; GARCIA, E. G.; SAITO, C. A.; MAENO, M. A Saúde do Trabalhador e o Enfrentamento da COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 45, n. 14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369ED0000120> Acesso em: 12 de abril de 2021.

LIMA, R. B.; BUARQUE, A. A Saúde Bucal no Contexto da Prevenção de Absenteísmo e Presenteísmo no Trabalho. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, São Paulo, v. 17, n. 4., 2019; Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1104113> Acesso em: 26 de abril de 2021.

MARCELINO, E. Implantação de Equipe de Saúde do Trabalhador nas Empresas: um olhar sobre doenças ocupacionais com manifestação bucal. *Brazilian Applied Science Review*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 568-582, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/422> Acesso em: 26 de abril de 2021.

MIDORIKAWA, E. T. A Odontologia em Saúde do Trabalhador como uma Nova Especialidade Profissional: definição do campo de atuação e funções do cirurgião- dentista na equipe de saúde do trabalhador. Dissertação (Mestrado em Oodontologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/23/23142/tde-01072019-091239/pt-br.php> Acesso em: 26 de abril de 2021.

MORAIS, H. G. F.; BARROS, J. M.; SILVA, W. R.; SANTOS, A. A.; GALVÃO, M. H. R. Saúde Bucal no Brasil: uma revisão integrativa do período de 1950 à 2019. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador – BA, v. 44, n. 1, p. 182-196, jan./mar., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2020.v44.n1.a3177> Acesso em: 26 de abril de 2021.

MOTA, J. N. G.; WANDERLEY, F. G. C.; SILVA, R. A.; ALMEIDA, T. F. Absenteísmo por Causa Odontológica: uma revisão de literatura relacionada à ausência no trabalho e à saúde bucal do trabalhador. *Revista da Faculdade Odontologia*. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo - RS, vol. 20 n. 2, mai./ago. 2015. Disponível em: http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-40122015000200022&script=sci_arttext Acesso em: 26 de abril de 2021.

RIBEIRO, A. P.; OLIVEIRA, G. L.; SILVA, L. S.; SOUZA, E. R. Saúde e Segurança de Profissionais de Saúde no Atendimento a Pacientes no Contexto da Pandemia de Covid-19: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 45, e. 25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000013920> Acesso em: 26 de abril de 2021.

SANTOS, G. B. M.; LIMA, R. C. D.; BARBOSA, J. P. M.; SILVA, M. C.; ANDRADE, M. A. C. Cuidado de Si: Trabalhadoras da Saúde em Tempos de Pandemia pela COVID-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00300> Acesso em: 26 de abril de 2021.

SANTOS, K. O. B.; FERNANDES, R. C. P.; ALMEIDA, M. M. C.; MIRANDA, S. S.; MISE, Y. F.; LIMA, M. A. G. Trabalho, Saúde e Vulnerabilidade na Pandemia de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 12, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320> Acesso em: 26 de abril de 2021.

SOUZA, D. As Dimensões da Precarização do Trabalho em Face da Pandemia de COVID-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00311> Acesso em: 26 de abril de 2021.